

14 NOV 1999

JORNAL DO BRASIL

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS*

A economia brasileira está se aproximando da hora da verdade. Os equívocos da política cambial, a partir de 1994, desestruturaram o balanço de pagamentos e inundaram o país de importações financiadas por um capital especulativo, atraído por taxas de juros tão extravagantes como a taxa de câmbio sobrevalorizada. As altas taxas de juros praticadas ao longo de cinco anos arrasaram as contas do setor público, já comprometidas com os déficits da Previdência.

O setor público deverá apresentar, neste ano, um déficit nominal de cerca de R\$ 100 bilhões, praticamente o montante equivalente aos juros sobre a dívida pública. A sobra da receita sobre as despesas (superávit primário) de cerca de R\$ 35 bilhões, não chega a cobrir o buraco da Previdência, de R\$ 45 bilhões. O acúmulo de déficits elevou a dívida de R\$ 60 bilhões, em 1993, para R\$ 479 bilhões, em 1998 e R\$ 511 bilhões, em agosto de 1999. Nesse ritmo, em dois anos o governo esgota todos os meios de financiamento, a não ser o recurso das emissões monetárias que irão trazer de volta a inflação incontrolável. É urgente e imprescindível que se

adotem medidas para reverter a situação.

O desequilíbrio das finanças públicas pode gerar uma crise de consequências imprevisíveis. O presidente Fernando Henrique tem que "sair pra briga", empenhar-se inteiramente para convencer o Legislativo e o Judiciário a participarem de um esforço inaudito de contenção de despesas. É hora de convencer os governadores dos estados da situação de calamidade nacional e mostrar a eles que a União não tem mais condição de continuar tapando os buracos das finanças estaduais, como se nada de grave estivesse acontecendo. É hora de extinguir ministérios ociosos, secretarias em duplicata e os órgãos cuja manutenção não seja absolutamente indispensável.

A elevação do teto salarial dos servidores públicos para R\$ 12.720 vai representar um aumento de gastos de R\$ 300 milhões mensais, mas bastaria cancelar o adicional de R\$ 1.920 que recebe o ministro do STF, quando acumula a função de presidente do TSE, para eliminar esse problema. Ou se acaba com o adicional ou se suspende essa atribuição do Supremo, como propõe a deputada Zulaiê Cobra, relatora do projeto de reforma do Judiciário. O que não pode é manter-se um jogo de tapeações.

Até recentemente, o governo dos Estados Unidos tinha um déficit orçamentário de mais de 300 bilhões de dólares, em termos proporcionais equivalente ao do Brasil. Hoje, os Estados Unidos revertem uma situação crônica e apresentam superávits que estão sendo utilizados para reduzir a dívida pública. Esse verdadeiro milagre não foi obra só do presidente Clinton, mas, principalmente, do Congresso americano.

O Brasil tem que fazer o mesmo, cortar toda e qualquer despesa que não seja absolutamente necessária, investir contra os privilégios, cancelar as obras de ostentação, inclusive do Legislativo e do Judiciário, que sustentam o descalabro da corrupção nacional.

Será que ainda há espaço para cortes no Orçamento da União? É lógico que há. Sem entrar na árca dos investimentos, basta ver o inchaço das despesas de custeio (OCC), que passaram de R\$ 17,1 bilhões, em 1994, para R\$ 30,4 bilhões, em 1998. Nesse período, as despesas do Poder Judiciário aumentaram 204%.

Estamos falando de um plano de salvação nacional.

*Presidente da Confederação Nacional do Comércio